

VIDAS CRUZADAS: REFLEXÕES SOBRE ACTIVISMO, SOCIOLOGIA E ESTUDOS LGBTQ

Ana Cristina Santos¹
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

RESUMO

Partindo de uma experiência pessoal, defende-se neste artigo a necessidade de articular academia e activismo como forma de produzir resultados socialmente relevantes e promover uma ética de investigação responsável.

Nota prévia: contrariamente a outras ocasiões em que se reflecte acerca da ligação entre academia e activismo², este não pretende ser um artigo científico em sentido estrito, mas antes um ensaio vagamente ancorado na memória autobiográfica e subjectividade crítica. Logo veremos como termina.

A ciência-cidadã na área dos Estudos LGBTQ é a minha zona de des/conforto, uma paixão militante e um compromisso académico a que nem sequer tento escapar. Impulsionada pelo desafio colocado há uns meses pela editora desta revista, comecei a reflectir sobre os caminhos que me levaram a abraçar, voluntariamente, esta encruzilhada entre activismo e academia.

A encruzilhada não tem de ser, contrariamente ao seu significado mais imediato, um local de coisa nenhuma, mais definido por aquilo que não é do que pelo que tem a oferecer. É antes um ponto de contacto entre mundos, uma zona de convergência, na qual a complexidade é um dado, a ambiguidade é vista como um recurso e a fluidez de fronteiras constitui boa parte do seu legado. A ética que guia a/o cientista-activista pauta-se pela interseccionalidade entendida como convocação intencional dos múltiplos aspectos que identificam e constituem os sujeitos.

¹ Socióloga. Doutorada em Estudos de Género pela Universidade de Leeds, Reino Unido (2008) e Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal (2004). Investigadora no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra e Honorary Research Fellow no Birkbeck Institute for Social Research, Universidade de Londres. O seu próximo livro será *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe* (Palgrave Macmillan, 2012). Publicações recentes incluem *Cometi um Crime? Representações sobre (i)legalidade do aborto* (Afrontamento, 2010, co-autora), *Bound and Unbound: Interdisciplinary Approaches to Genders and Sexualities* (Cambridge Scholars Publishing, 2008, co-org), *Estudos Queer: Identidades, Contextos e Acção Colectiva* (Revista Crítica de Ciências Sociais, 76, 2006, Org.) e *A Lei do Desejo: Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal* (Afrontamento, 2005). Tem dado palestras apresentando os seus trabalhos no Brasil, Espanha, EUA, Itália, Irlanda, Finlândia, Nicarágua, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido e Suécia. Activista dos movimentos feminista, pro-escolha e LGBT.

² Ver, entre outros, Santos 2006, 2011.

Para essa ética da encruzilhada contribui aquilo que posso designar por um desconforto crítico enquanto rejeição de conceitos e métodos cristalizados e revisão reflexiva dos conhecimentos que vão sendo adquiridos.

Mas independentemente dos temas que nos apaixonam e/ou desesperam e que habitam a nossa encruzilhada, há sempre o ponto de partida. E na verdade, quando se escava melhor, até esse acarinhado começo se pode desdobrar. Lembro-me agora de três momentos.

Tudo começou porventura num colégio católico, exclusivamente feminino e com direito a rigoroso uniforme, no qual andei ainda adolescente. Foi aos 14 anos que uma das minhas melhores amigas se apaixonou por uma colega nossa. A relação foi alvo de todas as atenções por parte do corpo docente e discente, e foi nesse momento que não tive outra alternativa senão escolher de que lado da barricada ficaria. A escolha ficou clara desde cedo e o colégio não voltou a ser o mesmo para nós. Este incidente foi muito esclarecedor. Mostrou-me que 'outro mundo é possível' para além da heterossexualidade, mas também que o preconceito é insidioso, insistente, insuportável. Mostrou ainda que a palavra 'lésbica', pelo menos nos longínquos anos 1980, era tão impronunciável quanto 'Voldemort' nos contos de J. K. Rowling.

E tudo isto ficou a marinar até final da década de 1990, quando procurava escrever uma tese de licenciatura em Sociologia sobre um tema ainda pouco estudado entre nós e que abordasse a discriminação. Foram esses dois (porventura frágeis) critérios que me levaram ao Centro Comunitário Gay e Lésbico, em Lisboa, numa tarde de Maio para conversar com activistas da ILGA Portugal. Foi nesse momento, a que se seguiram encontros na Casa das Palmeiras com o GTH, em Leiria com o Clube Safo, na Estefânia com a Opus Gay e no Bairro Alto com o Grupo Lilás, entre outros, que começou uma longa aprendizagem metodológica e epistemológica, e também (sobretudo?) uma entrega crescente a um tema que fui construindo como meu.

A participação na primeira Marcha do Orgulho LGBT, em 2000, representou um terceiro momento, provavelmente aquele que melhor posso designar por epifania. Recordo, com indistigável ternura, o dia da Marcha, o almoço com o Clube Safo, as conversas na relva do Príncipe Real, a chegada vagarosa de participantes, a curiosidade pouco preparada das/os jornalistas, as máscaras em formato de triângulo rosa que estavam prontas a esconder os rostos de quem temesse represálias. Depois, as faixas, os cartazes, as palavras de ordem. E essa imagem tão gráfica quanto simbólica de dezenas de triângulos rosa feitos máscara que foram ficando no asfalto à medida que avançávamos rumo à Baixa e que o medo dava lugar ao brio. E os sorrisos, os abraços, o imenso orgulho de termos sido muitas e muitos a fazer da rua um espaço público e visível de reivindicação.

A partir dessa tarde soalheira de 1 de Julho de 2000, não se tratava já apenas de um interesse académico. Tratava-se de militar junto de amigas e amigos que fui fazendo, numa luta pública por direitos que são da mais elementar justiça. Deu-se aí, finalmente, o enlace entre ciência e activismo no meu percurso.

Após estes três momentos fundamentais, muitos outros acontecimentos, escolhas e acasos contribuíram para alimentar a encruzilhada entre trabalho intelectual e trabalho político. Nesta linha, quero ainda referir dois exemplos.

Em 2001, fruto de um casual e feliz encontro de um conjunto de pessoas em Coimbra, nascia a não te prives – Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais (NTP), uma associação que se assumia, desde logo nos seus estatutos, como feminista e LGBT. Esta sua singularidade traduzia a nossa ética política, o nosso engajamento transversal – interseccional, dir-se-ia agora – com questões como as uniões de facto e a despenalização do aborto, entre outras. A NTP formou muitas pessoas segundo essa óptica elementar de que não precisamos ser mulher para sermos feministas, nem ser lésbica ou gay ou bissexual ou transgénero para defendermos os direitos LGBT. Militávamos em todas estas vertentes, organizávamos colóquios e tertúlias, fazíamos campanhas junto dos média, manifestávamo-nos frente aos tribunais e colaborávamos com escolas. Por estarmos em Coimbra e por via dos recursos humanos de que dispúnhamos, a aproximação entre activismo e academia foi também evidente no caso da NTP. Com o apoio logístico do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), foi sempre possível encontrar um espaço para debater, planear, construir. Esta continua a ser, de resto, também a filosofia epistemológica do CES, inspirado por uma ciência-cidadã objectiva, mas não neutra, nas sábias palavras de Boaventura de Sousa Santos, seu Director. Para muitas/os das/os que passámos por esta experiência associativa, a NTP consolidou um compromisso pessoal com uma ciência social politizada, aquilo, no fundo, que Michael Burawoy (2004, 2005) viria a designar por Sociologia pública.

Esse compromisso entre ciência e cidadania esteve também presente quando ingressei na Universidade de Leeds para fazer um doutoramento em Estudos de Género. Recordo a minha comoção ao ouvir a Ruth Holliday, então directora do Centre for Interdisciplinary Gender Studies, a esclarecer, no âmbito de uma das aulas iniciais, que a Universidade não toleraria contributos sexistas ou homofóbicos por parte de estudantes ou docentes. Dito assim, desta forma espantosamente clara e desassombrada, como, no fundo, se exige.

Contudo, contrariamente ao que os exemplos anteriores poderiam fazer acreditar, a articulação entre ciência e activismo nem sempre é assim clara ou desassombrada. Pelo contrário, atrai resistências várias que vão desde o paternalismo bem-intencionado (ou não) até à desvalorização académica entre pares. Tal desencontro sucede por várias razões, todas elas bem debatidas noutros lugares, e emerge sempre que se fala dos riscos de estar alegadamente demasiado próximo daquilo que se estuda. Teme-se que a capacidade analítica fique prejudicada e o raciocínio toldado. Receia-se ficar rotulado enquanto activista, perdendo créditos enquanto cientista. Evita-se produzir manifestos ou dizer frases que pareçam muito panfletárias. Esta descrição, infelizmente menos anedótica do que se possa imaginar, tem obviamente uma explicação (ou várias). Os fantasmas da ciência de cariz positivista, ainda que amplamente rejeitados pela ciência social de ponta, permanecem vigilantes e informam grande parte da ansiedade característica dos processos de produção científica. Lamentavelmente não

nos livramos deles com um encolher de ombros, pelo que importa reconhecê-los para melhor reagir.

Também por razões já amplamente reconhecidas e analisadas, acredito, na esteira de Burrawoy (2004, 2005), Haraway (2004), Harding (1991, 2004), Sousa Santos (2003, 2004) e outros, numa ciência com cidadania, situada, empenhada. Esse desconforto crítico, como designei no início deste ensaio, decorre da convicção de que não há ciência neutra, na exacta medida em apenas conhecemos através de uma lente que é necessariamente contextual. A ambição hermenêutica associada a qualquer trabalho académico não pode deixar de promover o diálogo com práticas e saberes múltiplos, cruzados, interseccionais – sejam estes reconhecidos ou negligenciados pelo cânon. Até mesmo porque – apetece recordar – toda a ciência socialmente relevante se caracteriza por uma ruptura com o próprio cânon.

É com base neste reconhecimento acerca da parcialidade académica que me importa convocar teoria e experiência empírica, activismo e academia, sociologia e política. Pesando aquilo que esta encruzilhada me tem trazido em termos académicos é muito clara para a mim, enquanto socióloga, a importância de estar no activismo.³ Como poderemos contribuir para o conhecimento sociológico quando permanecemos arredadas/os dos mundos que ousamos interpretar? Como poderemos ambicionar ser lidas e escutadas, quando não nos disponibilizamos para esse diálogo multilateral? Como teremos um papel de intervenção e mudança enquanto não percebermos os processos, as dificuldades e os sonhos que movem quem está no terreno? De que serve produzir um artigo, ou 30, se descuramos persistentemente a necessidade de construir pontes, traduções, inteligibilidades mútuas?

Já no campo do activismo, os papéis desempenhados por académicos/as são também vários, decorrentes dos recursos associados ao exercício da profissão. Desde logo, o acesso a canais directos de participação pública, nomeadamente através dos meios de comunicação social, das revistas científicas, das conferências e das aulas, para citar apenas alguns exemplos. Estes constituem canais privilegiados de veiculação de mensagens que podem ser – devem ser, de facto – não sexistas, não homofóbicas, não transfóbicas, não bifóbicas... e cabe aqui uma longa lista de 'nãos', recusando formas de discriminação, opressão e alterização. Destes processos o activismo sai invariavelmente mais reforçado, uma vez que acede a novos públicos, ganha visibilidade e porventura legitimidade, gera mudança.

O acesso à esfera pública é um recurso, mas é sobretudo uma responsabilidade. O contrário seria uma forma de colonialismo científico estéril a todos os níveis excepto no descrédito e no distanciamento que vai cultivando entre um imaginário 'nós' e todo esse fascinante mundo que se estende para lá das paredes da academia.

³ Para uma reflexão acerca das ligações entre teoria quer e acção-investigação, ver Filax, 2006.

Nota final: Comecei por escrever, numa nota prévia, que este não seria um artigo científico, por usar a memória autobiográfica como ponto de partida para a reflexão. Recordo agora que Sousa Santos já dizia em 1987 que toda a ciência é autobiográfica. Chegadas aqui, receio bem que a nota prévia, manifestação de porventura inútil cautela, esteja já ultrapassada. Até porque – acreditemos – uma outra academia é possível.

BIBLIOGRAFIA

- Burawoy, Michael. 2004. Public Sociologies: Contradictions, Dilemmas, and Possibilities. In: *Social Forces*, 82(4), 1603-1618.
- Burawoy, Michael. 2005. Presidential Address: For Public Sociology. In: *American Sociological Review*, 70, 4-28.
- Filax, Gloria. 2006. Politicising action research through queer theory. In: *Educational Action Research*, 14(1), 139–145.
- Haraway, Donna. 2004. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: S. Harding (org.), *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 81-101.
- Harding, Sandra. 1991. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking From Women's Lives*. New York: Cornell University Press.
- Harding, Sandra. 2004. (org.) *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge.
- Santos, Ana Cristina. 2006. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. In: *Estudos Queer: Identidades, Contextos e Acção Colectiva*, número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 76, 91-108.
- Santos, Ana Cristina. 2011. Disclosed and willing: Towards a queer public sociology. In: *Social Movement Studies* (no prelo).
- Sousa Santos, Boaventura. 1987. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, Boaventura. 2003. (org.), *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, Boaventura. 2004. (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. Porto: Afrontamento.